



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STEPHEN EDEM GBEDEMAH

**CHINA NA ÁFRICA:
EVOLUÇÃO DE UMA COOPERAÇÃO DE GANHOS
MÚTUOS ASSIMÉTRICOS**

**Brasília
Dezembro 2017**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STEPHEN EDEM GBEDEMAH

**CHINA NA ÁFRICA:
EVOLUÇÃO DE UMA COOPERAÇÃO DE GANHOS
MÚTUOS ASSIMÉTRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília – UnB para obtenção do
grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Aninho Mucundramo Irachande

Brasília
Dezembro 2017

À memoria dos meus pais Ellishaw Kwaku Gbedemah e Rosina Gidiglo

AGRADECIMENTOS

Primeiro, gostaria de agradecer ao poderoso Criador pela força e habilidade que me deu para poder enfrentar as dificuldades da vida. Em segundo lugar, agradeço a minha família pelo apoio que deram aos meus sonhos e por acreditar em mim. Dzigbodi, minha querida irmã, eu simplesmente não posso agradecer o suficiente por tudo que você fez e continua fazendo por mim. Para a família de Marilena Somavilla Bomfim, por me darem as boas-vindas, para fazer parte da família e me fazer sentir em casa no Brasil, estou muito agradecido.

Às Renata Cristina Vicentin Porto e Beatriz Mendes Ribeiro, minha sincera gratidão. Sem a imensa ajuda que recebi, esse sonho não teria sido possível. A todos os meus amigos Louis Dotse, Virgínia Wachira, Kosi, Chidera e Kelvin Umenyiliora, Carine Kamga, Solomon Boakye, Abigail Quashie, Renan Lima, Gabriel Carvalho, Heitor Caixeta, Cássio Rodrigues, Felipe Carrer, Leila Marques, Amanda Teresa, Amanda Dias, José Marchi, Marcela Lobo, Bruno Gonçalves, Gustavo Baquião, Ivan Deutsch, Giovanni Coelho, Vivianne Soares, Lucas Salgado e Tayse Naiara, por fazerem minha estadia aqui no Brasil agradável. Obrigado por tornarem essa experiência inesquecível; sempre guardarei vocês em meu coração.

Por fim, para o meu orientador Aninho Mucundramo Irachande, pela ajuda que o senhor me deu diretamente desde a minha primeira aula na Universidade, e é apenas adequado encerrar esse curso de graduação com você. O senhor foi atento e dedicado em me auxiliar a tornar-me uma versão melhor de mim mesmo.

Para mim, este não é somente mais um trabalho acadêmico, mas uma história pessoal de superação. Muito obrigado do fundo do meu coração. Sem vocês esta monografia não passaria de um sonho.

*“Africa is a paradox which illustrates and
highlights neo-colonialism.
Her earth is rich, yet the products that come from
above and below the soil
continue to enrich, not Africans predominantly,
but groups and individuals
who operate to Africa’s impoverishment”.*

Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah

RESUMO

O presente trabalho centra-se nos tipos de cooperação sino-africana e em como o papel da China evoluiu para tornar-se a principal parceira de desenvolvimento da África. O objetivo final é estudar os tipos de cooperação entre as duas partes e determinar se são cumpridos os quatro princípios de coexistência pacífica introduzidos pelos líderes chineses na década de 1980. Finalmente, são feitas sugestões sobre como a África pode obter um melhor acordo com essas negociações, a fim de acelerar suas agendas de desenvolvimento.

Palavras-chave: África; China; Cooperação; Comércio; Cultura; Educação; Investimento; Militar; Sino-Africano

ABSTRACT

The present work focuses on the types of Sino-African cooperation and how the role of China has evolved to make it the leading development partner of Africa. The final objective is to study the types of cooperation between the two parties, and determine if it is abiding by the 4 principles of peaceful co-existence introduced by the Chinese leaders in the 1980's. Finally, suggestions are made as to how Africa can get a better deal from these negotiations in order to accelerate its developmental agendas.

Keywords: Africa; China; Commerce; Cultural; Education; Investment; Military; Sino-African

TABELA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LINHA DE TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES DA CHINA (EM CIMA) E ÁFRICA (EM BAIXO)	18
FIGURA 2 – VOLUME DE COMÉRCIO ENTRE CHINA E ÁFRICA (2000 – 2012).....	31

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ANC	Congresso Nacional Africano
BIT	Tratados Bilaterais de Investimento
CCTV	China Central Televisão
CPC	Partido Comunista da China
EUA	Estados Unidos da America
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
FLN	Frente Libertar Nacional
IC	Instituto Confúcio da China
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização Não Governmental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OUA	Organização da Unidade Africana
PD	Parceiros de desenvolvimento
PPC	Partido Popular Comunista
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacional
RPC	Republica Popular Chinês
ZANU	União Africana Nacional do Zimbábue
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
TABELA DE FIGURAS	8
SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES.....	9
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - UM OLHAR TEÓRICO SOBRE A COOPERAÇÃO	11
CAPÍTULO 2 –BREVE HISTORIA DA COOPERAÇÃO SINO-AFRICANO	16
1949 - 1959: REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A PRIMEIRA ONDA DA INDEPENDÊNCIA AFRICANA	18
1960-1980: OS ANOS FLORESCENTES DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS	21
1981 – 1999: LEVE ROMPIMENTO NAS RELAÇÕES	24
2000 ATÉ 2017: FOCAC E O COMEÇO DA NOVA ERA.....	26
CAPÍTULO 3 –A COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA NOS DIAS DE HOJE.....	29
CHINA-ÁFRICA: UMA COOPERAÇÃO NOS MOLDES DO PLURALISMO	29
SETOR COMERCIAL.....	30
FOCO EM INVESTIMENTOS	33
ÁREA MILITAR	34
COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

Devido à crescente penetração da Internet, desde o final do século passado até a atualidade, o mundo tornou-se uma “aldeia global” que possibilitou um encurtamento nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre as sociedades em tempos de avanços e problemas coletivos. Assim, as nações e os indivíduos passaram a estar intensamente conectados, o que permite que a cooperação ocorra em vários níveis e gradações. A cooperação internacional é um assunto extraordinário nos estudos atuais de Relações Internacionais, pois é um processo complexo e multifacetado. Assim, escrever sobre Cooperação Internacional é uma tarefa difícil, mas extremamente gratificante pelo diálogo com o nosso próprio tempo.

O atual estudo enfatiza as relações entre a China e o continente africano. Com o crescimento econômico e político da China, tornando-se a segunda maior economia do mundo, o estabelecimento de parcerias com outras nações mostrou-se como algo crucial para sustentar seu status global recém-adquirido. A China tem sido a maior contribuinte para o crescimento mundial desde a crise financeira global de 2008 (Banco Mundial, 2017). Com o seu crescimento, surge a necessidade de adquirir as matérias-primas e o status social para poder sustentar seu nível e, preferencialmente, avançar ainda mais. A outra metade envolvida no estudo, a África, é um continente abundante em recursos minerais, apesar disso, parece demonstrar má gestão e corrupção por parte de seus líderes, ou falta de experiência para transformar suas fortunas em riquezas estruturais.

As atividades da China na África estão intimamente ligadas à sua política externa e possuem reputação de conferirem um poder crescente no mundo atual. Ao longo da última década, a atividade econômica internacional da China cresceu através do aumento da cooperação com países africanos, tirando Burkina Faso e Suazilândia, que têm vínculos com o Taipei. Enquanto alguns acreditam que essa ajuda e assistência beneficiarão os países envolvidos, outros expressam pessimismo. HumanRightsWatch relata que a ajuda estrangeira chinesa criou novas opções para os ditadores africanos que anteriormente dependiam de parceiros de desenvolvimento (PDs) que insistiam no progresso dos direitos humanos, já que a China, diferentemente, possui um histórico problemático de direitos humanos. Os pessimistas argumentam que, em vez de fornecer investimentos de reforma, a ajuda da China é geralmente auto-focada, criando assim um ambiente fértil para a corrupção e abusos dos direitos humanos.

Nos últimos anos, o rápido crescimento da China provocou muitas críticas e especialmente aos países da África subsaariana. Olhando para o papel que a China desempenha no desenvolvimento de infra-estrutura dos países da região através da sua ajuda externa, diante do severo pessimismo expresso pelas organizações da sociedade civil (OSC), por estudiosos, por organizações não governamentais (ONGs) etc., existe a necessidade de avaliar a eficácia da ajuda externa para o desenvolvimento de infra-estrutura da África e sobre o impacto do seu desenvolvimento sócio-econômico.

Devido ao desenvolvimento econômico e comercial do mercado interno africano, a África tornou-se o principal destino de importações advindas da China, além de haver um desenvolvimento diversificado devido ao forte crescimento socioeconômico chinês. Com isso, a África fundou uma parceria de desenvolvimento com China e se tornou o maior mercado de contratos de construção no exterior e o quarto maior em termos de investimento.

Dos pontos acima mencionados, é possível se destacar que a China desenvolveu uma relevância crescente para o desenvolvimento global, o comércio, o investimento direto estrangeiro (IDE) e a política internacional. As principais questões deste estudo são, portanto, (1) descobrir se realmente a cooperação entre as duas partes é de benefícios mútuos, como se observa em cenário *win-win*; (2) os motivos pelos quais a China busca continuamente ajudar aos países africanos e seu impacto sobre o continente; e (3) quais medidas podem ser tomadas para reduzir o influxo de ajuda estrangeira, para tornar a África auto-suficiente.

Para responder a essas questões, a pesquisa analisa os principais tipos de cooperação sino-africana, nomeadamente: Setor Comércio, Foco em Investimentos, Cooperação Cultural e Educacional.

CAPÍTULO 1 - UM OLHAR TEÓRICO SOBRE A COOPERAÇÃO

O progresso sempre fez parte dos anseios das nações e, com o advento da globalização, tornou-se evidente a necessidade da cooperação entre nações a fim de que as mesmas atinjam seus objetivos. Ainda que os vínculos de cooperação entre Estados tendam a ser mais recorrentes em contextos pacíficos no sistema internacional, o conceito de cooperação não implica, necessariamente, na ausência de conflito. De acordo com Krieger e Crahan (2001, p. 402), a noção de cooperação entre os Estados deve ser distinguida da "harmonia" entre Estados. A harmonia é uma situação em que a busca unilateral do interesse próprio facilita automaticamente a capacidade de outros alcançar seus objetivos. Isso significa que a cooperação não exclui a propensão dos estados para enfrentar os conflitos de interesses em suas interações, mas busca encontrar maneiras pelas quais os Estados superariam esses conflitos em prol seus benefícios mútuos.

No entanto, a realidade da política internacional se manifesta em dois ciclos de coexistência entre as nações, sendo: (1) o estado de paz relativa e (2) o estado constante de desarmonia ou guerra. Estes dois estados, são pontos de referência realmente importantes que ajudam a moldar o estudo da cooperação internacional.

O estado de paz relativa geralmente ocorre após a conclusão de grandes conflitos. O processo de pacificação que segue ao fim de guerras gera expectativas positivas sobre a existência de cooperação internacional e uma grande confiança nos arranjos institucionais com o objetivo de manter a paz. Um exemplo dessa situação seria a cooperação entre os EUA e a Europa após a segunda guerra mundial, na qual os EUA, através do plano Marshall, auxiliou financeiramente na reconstrução da Europa. Também é possível identificar a criação das Nações Unidas como uma manifestação de cooperação internacional. No entanto, momentos marcados por guerras ou conflitos recorrentes justificam a descrença de que a cooperação é sempre uma alternativa. Essa descrença leva ao descrédito das instituições internacionais dedicadas à promoção da paz e da cooperação. Exemplos de tais situações incluem instabilidade no Oriente Médio e conflitos constantes na África subsaariana.

Escrever sobre cooperação internacional é tão difícil como estudar a razão pela qual as nações estão presas no ciclo entre o estado de paz e de guerra constante. Não existe um acordo claro no estudo das relações internacionais quando se trata do estudo da cooperação internacional. Assim, duas principais distinções podem ser estabelecidas entre a concepção de

cooperação internacional dos principais autores da escola realista e a escola das pluralistas de pensamento teórico nas Relações Internacionais.

Os exemplos dos realistas, Edward Carr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, compartilham algumas características em relação à forma como eles explicam a cooperação internacional através de uma lente hobbesiana, no sentido de que a política mundial é comparada a um "estado de guerra". Sob essa perspectiva, os Estados competem uns com os outros por poder e influência, uma vez sistema internacional é caracterizado como anárquico devido à falta de um governo autoritário que possa promulgar e aplicar regras de comportamento. Além disso, a questão da ética não é considerada nesta escola de pensamento. Uma vez que, para eles, no estado de anarquia a ética não faz parte, já que os Estados estão em liberdade para todos em uma tentativa de obter o leilão dos despojos.

Waltz (2000) afirma que "se as instituições têm efeitos fortes ou fracos dependem do que os estados pretendem. Estados fortes usam instituições, enquanto interpretam o direito, de acordo com elas"; ele continua ainda, citando Susan Strange e Stephen Krasner, "A organização internacional é acima de tudo uma ferramenta do governo nacional, um instrumento para a busca do interesse nacional por outros meios. Foi o valor de Estados fortes que ditaram regras que foram aplicadas de maneira discriminante apenas aos fracos ". Isso mostra que o realismo como uma abordagem é entendido como a natureza em que os estados e suas interações podem ser encontradas. A interpretação realista dessa discórdia é o resultado dos conflitos fundamentais entre os interesses dos estados em uma condição de anarquia. Os realistas percebem as normas e regras que governam as estruturas do sistema internacional como um epifenômeno, apenas refletindo os interesses dos estados poderosos.

Stein (1990) coloca isso claramente em seu livro "Why nations cooperate" que "as instituições internacionais não são particularmente relevantes. Os Estados não cedem nenhuma autoridade a eles, e eles são impotentes para moldar o comportamento do estado. Além disso, a cooperação essencial para o funcionamento das instituições internacionais não pode existir ". Também é importante notar que, mesmo quando há um estado hegemônico, sua posição de superioridade em relação a outros estados está no poder, mas não com base em uma estrutura hierárquica. Para os realistas, a principal motivação dos estados é a busca do poder. Quanto à natureza do sistema internacional, os realistas, notadamente os realistas estruturalistas, contrastam com a estrutura política dentro dos estados, marcados por uma hierarquia de autoridade, enquanto que no sistema internacional prevalecem as relações de poder. Do ponto de vista realista, podemos concluir que o comportamento de um Estado só é compreendido apenas em termos de sua relação com outro Estado e também que os fatores

domésticos são de importância secundária, exceto como determinantes da base de poder do Estado.

Já a escola pluralista, composta por autores como Ruggie e Krasner, essencialmente enxerga as Relações Internacionais muito além das questões exclusivas de poder e estratégia. Os pluralistas defendem uma pluralidade de atores e assuntos no contexto da cooperação internacional e do convívio entre as nações, ainda que o Estado tenha relevância a emergência de outros atores e outros temas ganha uma fundamental importância no cenário internacional segundo esta escola. Aí sim, os efeitos da cooperação e da relação entre os entes podem gerar níveis diferentes o que é interpretado como interdependência assimétrica ou interdependência complexa. Keohane e Nye aspiram com a crença institucionalista na possibilidade de cooperação entre Estados. Isso ocorre porque a lógica da harmonia de interesse é baseada em sólidas evidências empíricas de cooperação entre estados em relações internacionais modernas.

Keohane e Nye (1986) definem a interdependência complexa, como sendo o oposto de realismo - ambos concebidos quanto tipos ideais - e argumenta que os principais processos em andamento nas relações internacionais contemporâneas estão entre os dois extremos representados por eles. Os defensores dessa teoria enfatizam a crescente interdependência entre estados e analisam suas consequências para as relações interestatais, também os múltiplos canais de ligação entre os estados, tanto no governo quanto na importância crescente de questões não seguranças na agenda internacional e possibilidade de vínculos entre elas e a redução da necessidade de uso da força em regiões onde uma interdependência está presente. Os teóricos da interdependência também argumentam que os atores fora do estado são de importância fundamental; além disso, o próprio Estado não é um órgão, mas uma coalizão complexa de grupos e interesses.

Consoante a esse pensamento, está o discurso do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger¹ intitulado "A New National Partnership" com uma passagem reproduzida aqui "Now we are entering a new era; old international patterns are crumbling; old slogans are uninformative; old solutions are unavailing. The world has become interdependent in economies, in communications, in human aspirations".

As palavras de Kissinger apontam para uma mudança crucial na maneira de se pensar as relações internacionais, isto é, o declínio do realismo como corrente teórica dominante no estudo dos eventos internacionais e o surgimento da abordagem baseada na percepção da

¹ "A New National Partnership", Discurso feito pelo então Secretario do Estado Henry Kissinger em Los Angeles no 24 de janeiro de 1975.

interdependência entre os Estados. Nesse sentido, o Secretário de Estado dos Estados Unidos Kissinger oferece um exemplo da transição ocorrida no âmbito das teorias das Relações Internacionais. Em contraste ao argumento realista, surge então a visão da interdependência complexa, que vai procurar oferecer um instrumental teórico para a análise da interdependência, a qual passa a afetar a política mundial e o comportamento dos Estados ao mesmo tempo em que é afetada por eles.

No conceito de cooperação internacional, podem ser identificados três pressupostos (Grieco 1990). Primeiro, existe a natureza voluntária da cooperação internacional. Em segundo lugar, a cooperação internacional tem um final compatível. O terceiro elemento é o envolvimento a longo prazo, especialmente por estados que procuram fazê-lo. Milner (1992, p. 466-496), por outro lado, defende dois elementos sobre o conceito de cooperação internacional. O primeiro pressuposto é que o comportamento de cada ator é direcionado para determinados objetivos, que às vezes varia de outros atores envolvidos. O segundo elemento-chave é que a cooperação internacional permite aos atores ganhos ou receber recompensas. No entanto, os ganhos podem não ser iguais em termos de sua magnitude para cada ator. A cooperação internacional, portanto, se baseia em um comportamento orientado por objetivos e ajustes de políticas mútuas, de modo que todos os atores, pelo menos, acabem melhor do que eles eram.

Do mesmo modo, outro fator favorável à cooperação internacional é o envolvimento de um pequeno número de atores. Eles recomendam maneiras pelas quais os estados podem gerenciar problemas de verificação e sanção. Um deles é restringir o número de parceiros em um acordo de cooperação para facilitar o acompanhamento uns dos outros, reduzindo assim os custos de verificação. Quando o número de estados envolvidos com problemas em uma área é grande, a negociação de acordos mutuamente aceitáveis e a monitoração do cumprimento desses acordos tornam-se mais difíceis. Assim, a cooperação é frequentemente mais fácil quando apenas alguns estados precisam coordenar suas políticas para obter resultados superiores. Pequenos números tornam as negociações simples, aumentam a capacidade dos atores de reconhecer e entender as preferências uns dos outros e tornar a identificação e punição daqueles que rompem o arranjo cooperativo menos problemático.

A relação que existe entre a África e a China em termos de provisão de ajuda externa pode ser explicada pela teoria pluralista utilizando a teoria da interdependência. As relações entre a África e a China baseiam-se na cooperação em diferentes frentes que envolvem temas diversos que vão desde cooperação econômica, financeira, de desenvolvimento, militar, até estratégica. Os princípios da cooperação internacional, portanto, permitem que a África e a

China se envolvam voluntariamente entre si e também se beneficiem mutuamente. O significado da teoria da cooperação internacional para o estudo é que, fornece uma boa plataforma para avaliar as relações existentes entre a África e a China em relação à ajuda externa para desenvolvimento de infraestrutura. Os tipos de cooperação que existem entre a China e a África são principalmente intercâmbios econômicos e comerciais, militar, diplomacia, saúde, culturais e políticos. Com isso, as duas partes compartilham muitas informações para ajudar no desenvolvimento do outro.

CAPÍTULO 2 –BREVE HISTORIA DA COOPERAÇÃO SINO- AFRICANO

O primeiro contato sino-africano ocorreu séculos atrás, uma vez que as moedas e os fragmentos de porcelana chinesas datados da Dinastia Sung (960-1279) foram encontrados em sítios arqueológicos em Zanzibar, perto da costa de Suaíli, localizado no leste da África, também na parte do Sul e no continente, como o Grande Zimbábue (Duyvendak, 1949; Filesi, 1972). Essas descobertas indicam que o contato sino-africano, por mais indireto que possa ter sido, existe por um período considerável de tempo. Ademais, as explorações feitas durante a dinastia Ming pelo famoso almirante chinês Zheng Ho (1368-1644) exibiram as primeiras indicações concretas de relações pessoais sino-africanas. O almirante fez sete expedições, entre 1416 e 1423, duas das quais chegaram à costa oriental africana. Zheng Ho trouxe consigo produtos para realizar negócios com a população local. Exemplares destes produtos foram encontrados em alguns países do Leste e do Sul do continente, como, por exemplo, Quênia, Tanzânia, Madagascar, Zimbábue e África do Sul (Gao 1984, p. 245). Esses esforços de Zheng Ho foram desde então considerados "o clímax dos esforços da China para desenvolver relações com a África" na era pré-revolucionária (ibid., 245-246).

Contudo, durante a dinastia Qing (1644-1911), a China deixou de expandir seu comércio e inclusive, “retirando-se do mundo”. Coincidentemente, no mesmo período deram-se as façanhas da navegação portuguesa ao longo da costa leste da África, o que efetivamente encerrou adicionais esforços chineses para manter contato com o continente africano. Embora houvesse um pequeno contato entre as duas partes, por exemplo, com a abertura de um consulado geral em Johannesburg, em 1897, para cuidar das necessidades e proteger os emigrantes chineses que migraram para a África do Sul durante a Dinastia Qing, uma verdadeira cooperação sino-africana não aconteceu².

Esta condição de pouco contato começou a se alterar devido ao recrutamento questionável de trabalhadores chineses, já que havia falta de mão de obra para as minas, pois os brancos não queriam trabalhar tanto quanto os negros, apesar de exigirem pagamentos melhores. Nessas condições, decidiu-se por contratar chineses para tal trabalho, os quais, depois, seriam mandados para fora do continente. Os chineses foram trabalhar principalmente

²Disponível em <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/arrival-chinese-labourers-south-africa>>

nas minas de ouro de Witwatersrand na África do Sul na virada do século XX (Richardson, 1977).

No entanto, novamente ocorreu um retrocesso no relacionamento comercial entre China e África, sob o governo Guomindang (Partido Nacionalista Chinês), após a revolução de 1911. Mais uma vez, a África recuou a uma posição insignificante para o governo republicano. Foi somente depois que o partido comunista chinês assumiu o poder que a política externa chinesa realmente passou a se atentar às relações sino-africanas.

Como indicado no artigo de Xiaoyun Li (2006), as relações externas chinesas passaram por três fases principais. Durante a Fase I (1950-1974), a China forneceu ajuda política baseada na exportação de ideologia. Na Fase II (1974-1990), o país promoveu ajustes e transformações, bem como uma diminuição relativa da ajuda externa. Já a Fase III (1991-atualmente) apresenta a provisão de apoio financeiro, comercial e técnico com objetivos integrados. Esses objetivos são focados em benefícios econômicos, reciprocidade e benefício mútuo, bem como na integração da ideologia política e nas responsabilidades como país líder no mundo.

Para o propósito desta monografia, a linha de tempo a ser adotada para explicar os tipos de cooperação que existem são: de 1945 a 1959, quando a República Popular da China entrou em existência com o partido comunista ao leme; de 1960 a 1980, para explicar os efeitos da revolução cultural nas relações sino-africanas; de 1981 a 1999, reiniciando suas relações após a revolução; e, finalmente, de 2000 até a data de hoje.

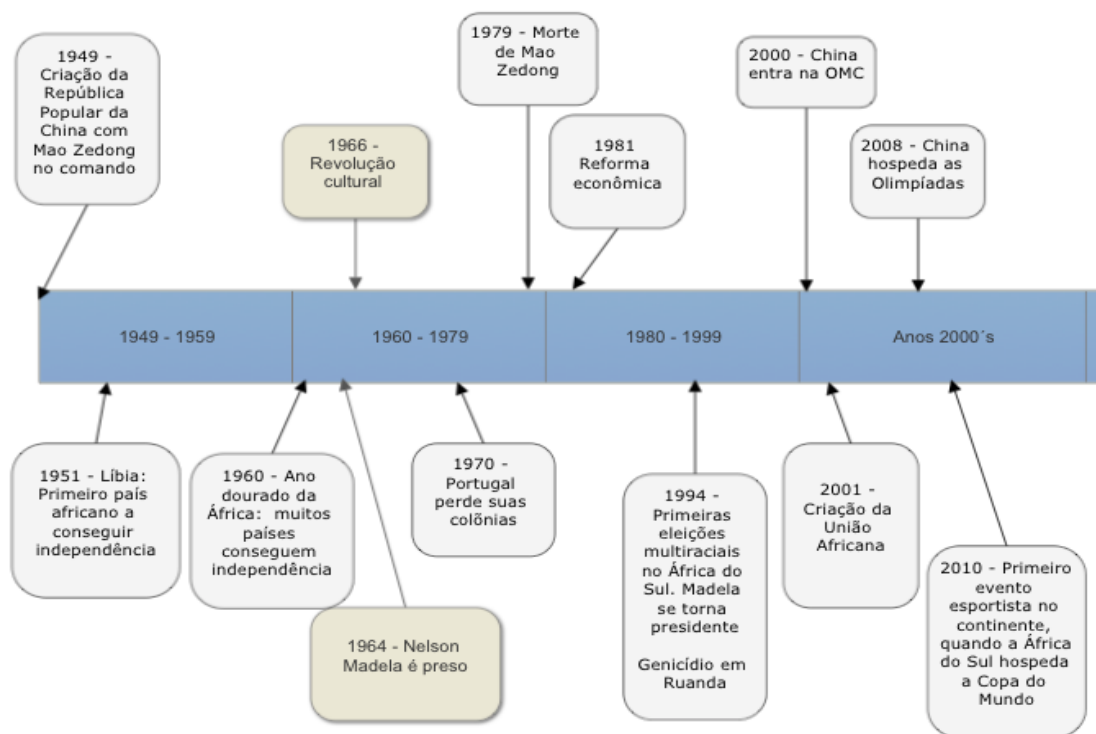


Figura 1 – Linha de tempo de eventos importantes da China (em cima) e África (em baixo)³

Um fator importante da política externa da China é fortalecer e desenvolver relações amigáveis e cooperativas com a maioria dos países em desenvolvimento, incluindo os países africanos. As três gerações de liderança coletiva da China, com Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin no núcleo, respectivamente, se dedicaram à amizade sino-africana, contribuindo para consolidar e promover as relações bilaterais amigáveis.

Nos últimos 50 anos, dois presidentes e um vice-presidente da China visitaram 9 países africanos e três ministros visitaram 30 países africanos. Durante o mesmo período, cerca de 80 Chefes de Estado de quase 50 países africanos realizaram mais de 120 visitas à China⁴.

1949 - 1959: República Popular da China e A Primeira Onda da Independência Africana

Após a guerra entre o Kuomintang e as forças comunistas de Mao Zedong, a República Popular da China foi criada. O PPC realizou reformas agrárias que favoreceram os pobres e os camponeses sem terra. Foram barrados os investimentos estrangeiros no país, bem

³ Linha de tempo feita pelo próprio aluno.

⁴Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceza/eng/zghfz/zfgx/t165323.htm>>

como o tráfico de drogas devido às políticas do novo governo. Além disso, durante esse mesmo período, houve também um enorme aumento na taxa de alfabetização de 20% para 65%, que ajudaram a melhorar a expectativa de vida da população. A posição da China como potência mundial foi cimentada devido a esses desenvolvimentos. A indústria chinesa e os níveis de infraestrutura receberam um grande impulso devido ao aumento na expectativa de vida e da alfabetização.

Porém, na África, durante este período, começou formalmente o apartheid na África do Sul, com a minoria branca que se assegurava no poder sobre a maioria dos negros, devido à vitória do Partido Nacional nas eleições gerais. Eles potencializaram a segregação entre brancos e negros e possibilitaram outros benefícios para a população branca. A maioria dos países africanos estava sob o domínio colonial, com exceção da África do Sul, Egito, Etiópia e Libéria, que haviam obtido suas independências. A descolonização da África se intensificou quando a Líbia obteve a sua independência do Reino Unido em 1951. Mais tarde, Sudão, Tunísia e Marrocos seguiram em 1956. Em 1957, Gana, liderada por Osagyefo Kwame Nkrumah ganhou a independência do governo britânico. A Guiné foi o último país a obter sua independência na década de 1950: liderada por Sékou Touré, foi capaz de lutar pelo poder contra os franceses em 1958.

Desde a sua fundação em 1949, a República Popular da China adotou o amigável desenvolvimento de relações sino-africanas como parte importante do seu trabalho diplomático. A formulação de um conjunto de "princípios" que guiaram as relações externas da China com outros países, conhecidos pelo termo hindu "PanchSheel" ou os "Cinco Princípios da Coexistência Mútua", estabeleceram o quadro para todas as interações futuras, em 28 de junho de 1954.

Os cinco princípios foram:

1. Respeito mútuo pela integridade territorial
2. Não agressão
3. Não interferência nos assuntos internos uns dos outros
4. Igualdade e benefício mútuo
5. Coexistência pacífica

Durante a Conferência de Bandung em abril de 1955, o primeiro-ministro chinês ZhouEnlai recepcionou o primeiro-ministro egípcio Gamal Abdel Nasser e reuniu-se pela primeira vez com representantes da Etiópia, de Gana, da Libéria, da Líbia e do Sudão. Desde

o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito em 30 de maio de 1956, a China estabeleceu relações diplomáticas com 51 dos 53 países independentes africanos e ainda mantém esses laços com 45 deles. Antes da conferência que foi organizada como plataforma para reunir os países do terceiro mundo, as quatro nações independentes da África não reconheceram a China. Estes países africanos eram o Egito, a Libéria, a África do Sul e a Etiópia.

No entanto, o primeiro contato comercial no sentido oficial da Sino-África foi quando a China acertou comprar um monte de algodão egípcio em 22 de agosto de 1955 e o Egito foi posteriormente o primeiro país africano a estabelecer relações com a China comunista em 30 de maio de 1956 (Hutchison 1975, p. 15). Em seguida, a China enviou 280 mil voluntários para ajudar o Egito durante a crise de Suez (Kerr 1965, p. 439). Este acordo levou a um maior reconhecimento de outros Estados do norte da África. Os próximos países africanos estabeleceram relações diplomáticas com a RPC nas seguintes datas: Marrocos, em 1 de novembro de 1958; Argélia em 20 de dezembro de 1958; e Sudão em 4 de fevereiro de 1959. Assim, após Bandung, a República Popular da China começou gradualmente a se envolver mais na África. Neste ponto, a China concentrou-se no norte da África, particularmente na Argélia e no Egito. As ligações entre a China e outros países do norte da África também se desenvolveram progressivamente com visitas culturais à Etiópia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

Outra característica importante é a de que Pequim rapidamente ignorou as platitudes de Zhou em relação à não interferência. Por exemplo, desde 1957 até a independência argelina em 1962, a China emitiu propagandas em nome de rebeldes anti-franceses e forneceu à Frente de Libertação Nacional (FLN) um partido político socialista com armas e treinamento em sua luta contra o poder colonial francês.

No final da década de 1950, a primeira Conferência de Solidariedade do Povo Afro-Asiático realizou-se no Egito, seguida em abril de 1958 pela Primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes em Gana (Legum 1958). As políticas de Pequim em relação à África subsaariana, no entanto, mantiveram-se cautelosas, enquanto a tensão com Moscou começou a crescer. O interesse aparente da China no continente pode ser visto a partir do aumento do número de visitas feitas pelas delegações chinesas, que passaram de 10 em 1959 para 25 em 1960. O número de delegados africanos para a China também estava se expandindo rapidamente – de 50 em 1959 para 98 em 1960 (Ogunsanwo 1971, p. 45). A RPC começou a desenvolver sua própria posição teórica para as nações emergentes independentes através dessas interações.

1960-1980: Os Anos Florescentes das Relações Sino-Africanas

Na China, houve uma enorme fome na região por causa dos programas de reforma agrária instituídos pelo partido comunista, o que levou à desnutrição maciça e à política da taxa de natalidade, introduzida pelo governo para ajudar a erradicar os problemas de mortalidade infantil. Tais fatos levaram a um corte de metade do número de crianças permitidas de 6 crianças por mulher para 3. Outra importante mudança do período ocorre em 1966, quando a chamada revolução cultural tentou retirar da China elementos antigos de sua cultura e impor a ortodoxia socialista. Em aspecto político, a morte de Mao em 1976 levou à ascensão de Deng Xiaoping após a luta do poder. Em 1979, o governo chinês instituiu uma política de um único filho para tentar controlar sua população em rápido crescimento demográfico.

Já 1960 é considerado o ano da África já que 17 países do continente conseguiram as independências das potências coloniais. Esses eventos revelaram ao mundo que o continente deveria ser visto como uma força importante na ONU. Esses rápidos desenvolvimentos levaram a especulações e a esperanças sobre o futuro da África como um todo; no entanto, o continente estava começando a encarar as realidades da violência pós-colonial. Este ano também viu o início da oposição armada ao governo do apartheid sul-africano, com ramificações políticas em toda a África e em todo o mundo. A Argélia ganhou a independência da França em 1962 após anos de violência e, em 1964, Nelson Mandela foi julgado por sabotagem com outros líderes do ANC antes do Tribunal Supremo de Pretória, que levou à sua prisão na penúria notória de Robben Island. Portugal perdeu suas colônias africanas na década de 1970. No final da década Roberto Mugabe tornaria-se primeiro ministro do Zimbábue depois que seu partido ZANU ganhou a maioria no parlamento. O Zimbábue ganha independência da grande população de colonos brancos após anos de hostilidades.

Este foi um período importante para o desenvolvimento de amigáveis relações sino-africanas. O movimento de independência nacional africano testemunhou avanços sem precedentes; a China apoiou firmemente as lutas dos países africanos pela independência e soberania nacional e contra a interferência estrangeira, ganhando confiança e sendo louvada na África. Durante esses anos, a China se concentrou na África como um campo de operações e isso foi sinalizado pela instauração de uma série de organizações cujas metas visavam o fortalecimento dos laços sino-africanos.

As relações da China com a África começaram uma era distinta e nova. Na verdade, os anos 1960-1965 viram Pequim alcançar um grande sucesso diplomático, com a RPC entrando em relações com 14 estados africanos que acabaram de se tornar independentes – Gana, Mali, Somália, Zaïre, Uganda, Burundi, Quênia, Benin, República Centro-Africana, Congo (Brazzaville), Tanzânia, Tunísia, Zâmbia e Mauritânia.

O primeiro presidente africano a visitar Pequim foi SekouTouré da Guiné em 1960. Esta visita foi notável, pois representou um marco na política chinesa em relação à África, com Pequim pela primeira vez comprometido em fornecer assistência econômica e técnica a um novo Estado africano independente (Hutchison 1975, p. 56). Os números de visitas feitas pelos chefes de Estado africanos a Pequim aumentaram bastante e foram recebidos por cidadãos chineses reunidos para tal evento. Ogunsanwo (1974, p. 78) descreve que essas visitas serviram a dois objetivos importantes para a liderança da RPC. Primeiro, as visitas demonstraram que as opiniões da liderança chinesa foram respeitadas e aceitas por outros líderes mundiais, e em segundo lugar, eles lembraram o povo chinês de que suas ações estavam sendo monitoradas e examinadas de perto pelo resto do mundo. Além disso, eles demonstraram que a RPC não estava sozinha, contando com aliados no mundo todo e estavam lutando com sucesso contra as hegemonias das duas maiores potências da época: Estado Unidos e União Soviética.

A China, em fevereiro de 1961, indicou seu interesse em se tornar membro do Comitê do Fundo de Solidariedade Afro-asiática durante uma reunião em Conakry, na Guiné. Com isso, uma delegação chinesa foi eleita como vice-presidente da comissão (Lowenthal 1964, p. 177). O objetivo desta organização era prestar apoio às organizações africanas de libertação e era em grande parte um precursor do Comitê de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA).

No final de 1963, o primeiro-ministro Zhou Enlai fez uma turnê em dez países africanos com o principal objetivo de racionalizar as políticas da China na África e promover a planejada segunda conferência Bandung.

O envolvimento chinês na África, além de significar cooperação econômica e política, também é visível através de algumas cooperações militares durante a luta pela independência de alguns países. Pode-se citar a rebelião liderada pelo Pierre Mulele, ocorrida no Congo em 1964. Nesse caso específico, de acordo com o Larkin (1971, p. 112), os chineses foram rápidos para fornecer armamento e recursos financeiros aos rebeldes através do Burundi, Congo (Brazzaville) e Tanzânia, embora isso tenha sido negado constantemente por Pequim.

Para a China, o Congo foi considerado uma oportunidade importante pela qual eles poderiam "reivindicar toda a África". (Tung; Evans, 1967, p. 223).

Em janeiro de 1964, foi possível observar crescente agitação da ação chinesa na África, principalmente por causa da resposta ao envolvimento chinês percebido após o golpe em Zanzibar. A formação da República Unida da Tanzânia testemunhou a China se comprometer inteiramente em auxiliar o novo Estado africano e, a partir de então, a presença da China na região ficou mais forte. Cerca de 300 funcionários que eram treinadores militares foram enviados rapidamente por Pequim para treinar o exército da Tanzânia e, no início da década de 1970, a China era a única força estrangeira que forneceu pessoal militar ao país para treinar as forças locais (Joshua; Gilbert, 1965, p. 25). A Tanzânia tornou-se um dos nove receptores não comunistas da ajuda chinesa e o único receptor na África Oriental ou Austral. O envolvimento econômico chinês na Tanzânia aumentou de forma constante a tal ponto que, na década de 1970, a China substituiu a Grã-Bretanha como a principal fonte de créditos estrangeiros da Tanzânia (Yu 1972, p. 19).

A revolução cultural em 1966 na China mudou a natureza da cooperação sino-africana. Ao mesmo tempo, a China sofreu um grande obstáculo na África com a derrubada de Nkrumah de Gana em um golpe ocorrido em fevereiro de 1966. Como o Nkrumah estava em Pequim no momento, sob uma visita oficial, a saída do presidente foi especialmente humilhante para a China. Em 20 de outubro de 1966, depois que as relações sino-ganenses se deterioraram ainda mais, até que as relações diplomáticas foram suspensas. O número de delegações estrangeiras que visitaram a China é uma indicação da turbulência que ocorreu no Ministério das Relações Exteriores durante a Revolução Cultural. Em 1966, o número era de 116 (a maioria dos convites para essas visitas havia sido emitida antes do início da agitação), mas em 1967 as visitas foram reduzidas para 53. No ano seguinte, de 1968, o número de delegações visitantes era apenas 12 (Prinsloo 1976, p. 107). Era evidente que a política chinesa em África havia sofrido devido aos excessos da Revolução Cultural. Diplomatas e chefes de organizações foram violentamente atacados e vilipendiados. Nesse clima, não é de admirar que os africanos tenham se mostrado relutantes em visitar Pequim. No entanto, durante a Revolução Cultural, realizaram-se várias visitas de importantes aliados. Estes eram dos cinco estados africanos mais próximos de Pequim: Congo (Brazzaville), Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia. Entre 1967 e 1970, Congo-Brazzaville enviou 14 delegações para a China; Guiné 9; Mali 11; Tanzânia 15; e Zâmbia 9.

Em 5 de setembro de 1967, a China e seus dois aliados, a Tanzânia e a Zâmbia, assinaram o acordo para sinalizar a Construção da Ferrovia da Tanzânia-Zâmbia no valor de

570 milhões de dólares. Isso foi o maior investimento feito pela China nos países africanos na época. Esta linha seguiria de Kapiri Moshi na Zâmbia para Dar es Salaam, na Tanzânia.

Para coroar os anos florescentes das relações sino-africanas, uma resolução pró-Pequim foi votada a favor por 76 votos contra 35, com 17 abstenções, o que ajudou a admissão da China às Nações Unidas. Esta vitória para Pequim foi conquistada com o apoio vital de vários países africanos. É certo que, sem os votos africanos, a China não teria conseguido, "pelo grande peso dos números, os países africanos ... contribuíram para o resultado final neste caso" (El-Khawas 1973, p. 287).

1981 – 1999: Leve Rompimento Nas Relações

Com Deng Xiaoping no comando dos assuntos chineses, o País iniciou uma reforma econômica que começou com a “descoletivização” do campo, seguindo-se as reformas industriais destinadas a descentralizar os controles governamentais no setor industrial. Deng defendeu a ideia de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), áreas em que o investimento estrangeiro seria permitido sem as restrições e os regulamentos estritos do governo, funcionando em um sistema basicamente capitalista. Deng colocou a ênfase na indústria leve exemplo têxteis como um passo para o desenvolvimento das indústrias pesadas.

Na África, a independência do estado da Namíbia aconteceu em 1990, depois que a África do Sul concordou em renunciar o seu domínio sobre o território. Eritréia também obteve sua independência da Etiópia após a derrota das forças do governo etíope pela Frente de Libertação do Povo da Eritréia em 1992. O apartheid foi abolido e houve preparativos para eleições multirraciais que foram realizadas pela primeira vez em 1994. Nelson Mandela tornou-se presidente da África do Sul depois de vencer as eleições gerais por uma vitória esmagadora. Além disso, em 1994, ocorreu o genocídio em Ruanda, causado pelos Hutus, que mataram milhões de Tutsis. Isso levou a uma enorme crise de refugiados, uma vez que a maioria dos deslocados teve que se mudar para os países vizinhos em busca de abrigo e de itens de básicos. No mesmo ano, o Zaire é renomeado República Democrática do Congo depois da vitória das forças de Laurent-Desire Kabila em retirar Mubuto Sese Seko que comanda o país como um ditador por 32 anos do poder.

A China melhorou ainda mais sua política externa independente de paz, atribuindo maior importância à expansão de relações amigáveis e cooperativas com os países em

desenvolvimento, incluindo as nações africanas. Os então líderes do governo chinês apresentaram quatro princípios sobre cooperação econômica e tecnológica entre a China e os países africanos, a saber: igualdade e benefício mútuo, enfatizando os resultados práticos, a diversidade nas formas e a consecução do progresso comum.

Usando a independência do Zimbábue como um momento decisivo, a China pressionou a independência das outras nações na sub-região, como Namíbia e África do Sul. No que diz respeito a Pequim, "a independência do Zimbábue" mudou muito o equilíbrio das forças na África Austral a favor do movimento da independência nacional "(Beijing Review, 28 de abril de 1980).

No final de dezembro de 1982, ocorreu a visita do primeiro ministro Zhao Ziyang a onze países africanos (Egito, Argélia, Marrocos, Guiné, Zaire, Congo, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia, Quênia e Gabão). Esta turnê mostrou que a importância dos países em desenvolvimento cresceu no âmbito da política externa da China e que a turnê de Zhao visava promover os interesses da China em África, aumentando sua influência - particularmente na África Austral - e criando uma "nova imagem própria aos olhos dos países do Terceiro Mundo" "new image of its own in the eyes of the Third World" (Chang 1983, p. 8). Três objetivos principais da turnê de Zhao podem ser identificados: superação das tensas relações causadas pela política externa da China em direção ao Ocidente no final da década de 1970 e a percepção de que Pequim de alguma forma havia "abandonado" a África; estabelecimento das bases para o comércio expandido e a cooperação econômica com a África como parte do programa de modernização econômica da China; consolidação da política anti-hegemônica da China em África e incentivar a resistência à expansão da superpotência percebida no continente (Kwan 1991, p. 156).

Em meados da década de 1980, era evidente que a China havia perdido o interesse na África. Por causa das dificuldades no país e do desejo de desenvolvimento econômico, a China, aparentemente, não estava mais interessada em continuar sua posição como ator externo no meio africano. A preocupação da China com questões internas foi ressaltada por Deng Xiaoping em suas conversas com o vice-presidente da Tanzânia, quando este visitou a China em abril de 1985. Segundo Deng, "o socialismo não significava pobreza". Sem desenvolver as forças produtivas e melhorar o padrão de vida das pessoas, você não pode dizer que está construindo o socialismo" (Xinhua, 15 de abril de 1985). A China passou a ter pouco tempo para aventuras militares ou econômicas no continente, pois "a África agora tinha um significado comercial, não estratégico" (Wilmot 1988, p. 1472). Assim, qualquer futuro envolvimento chinês em África foi vinculado a avaliações econômicas realistas.

Em agosto de 1986, quando o décimo aniversário da ferrovia de Tanzânia-Zâmbia foi marcado, a China enviou um dignitário não muito prestigiado para representar Pequim nas celebrações do aniversário. Para um marco tão importante, um membro mais superior do governo poderia ter sido enviado para o evento. Tanto o presidente da Tanzânia quanto o de Zâmbia participaram do evento e, de fato, ambos elogiaram o recorde chinês de ajuda e assistência na África Austral. (Xinhua, 16 de agosto de 1986).

Durante uma visita em julho de 1992 à África, o presidente Yang Shangkun, reafirmou as novas políticas de Pequim: o apoio da China à África para proteção das soberanias dos Estados, a independência nacional, a oposição à intervenção estrangeira e o desenvolvimento das suas economias; o respeito da China pelos diferentes sistemas políticos e caminhos de desenvolvimento escolhidos pelos países africanos; o apoio à unidade e à cooperação da África; o apoio à Organização da Unidade Africana; a crença de que a participação ativa no sistema internacional pelos estados africanos como membros iguais era crucial e que o estabelecimento de uma nova ordem econômica e política internacional era de suma importância; o apoio da China à cooperação econômica com a África (Renmin Ribao, 12 de julho de 1992).

Após as eleições de abril de 1994, o interesse chinês no desenvolvimento de vínculos comerciais com a África do Sul aumentou bastante. Isso pode ser notado pelas mais de 120 empresas chinesas que ocorreram em uma exposição organizada em Pretória em julho de 1994. O interesse econômico na África se manifestou através dos aumentos de joint ventures, investimento chinês e interação econômica. A ênfase no comércio e nos assuntos econômicos dominava a interação sino-africana. Entre 1989 e 1997, o comércio sino-africano aumentou 431 por cento e o comércio entre a China e as nações africanas subiu 39 por cento.

2000 até 2017: FOCAC e O Começo Da Nova Era

A China foi finalmente admitida na OMC após décadas de negociações. Os padrões de vida melhoraram, e a China novamente viu a aparência da classe média. Os programas governamentais para desenvolver o oeste entraram em jogo, uma vez que havia um abismo crescente entre o leste e o oeste. O problema da crise da saúde pública do vírus SARS que começou no sul do país e depois afetou o mundo inteiro. O desenvolvimento das áreas rurais levou ao crescimento contínuo da economia. O país tornou-se notável como um poder esportivo devido ao seu crescimento econômico e hospedou as Olimpíadas de verão de 2008.

Na África, a OUA é substituída pela União Africana após 38 anos de existência, sendo esta um modelo simplificado da União Europeia. O Movimento Pan-Africano coloca que a criação da União Africana trouxe o sonho de uma moeda africana comum e de política externa mais coesa, de estrutura de defesa conjunta e de programa econômico mais próximo da realidade. A África cedeu seu primeiro evento esportista de grande proporção quando a África do Sul hospedou a Copa do Mundo de 2010.

O novo milênio testemunhou a criação do Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC) que se reuniu em outubro de 2000 e contou com a presença de quase 80 ministros de 44 países africanos. O encontro teve essencialmente três objetivos principais. Primeiro, o Fórum fazia parte da estratégia geral de Pequim, de pelo menos, declarar retoricamente seu objetivo de revisar a ordem global e promover a tradicional hostilidade da China com o que vê uma "hegemonia", neste caso a dominação do poder excessivo do poder dos Estados Unidos. No Fórum, Pequim, como de costume, enfatizou que "a China nunca atribui qualquer fio político à sua assistência à África ou busca qualquer privilégio político ao fazê-lo" (Zhu⁵, 2000).

No final de 2000, as empresas chinesas tinham estabelecido 499 empresas na África com um investimento contratual total de US \$ 990 milhões, dos quais \$ 680 milhões eram avindos do capital chinês. Como parte do incentivo de Pequim para desenvolver o comércio sino-africano, a China estabeleceu 11 Centros de Desenvolvimento de Investimentos e Promoção Comercial na África. Pode-se dizer que as relações comerciais chinesas com a África estavam realmente florescendo.

De 2002 a 2006, noventa partidos africanos enviaram suas delegações para a China e o Partido Comunista da China (CPC) enviou setenta e oito delegações para a África. Além dos contatos entre as partes, a China e a África também aumentaram as trocas entre seus líderes de alto nível, congressos e parlamentos. Além disso, o primeiro "white paper" sobre a política africana da China foi lançado em 12 de janeiro, comemorando o 50º aniversário de laços diplomáticos sino-africanos formais. O destaque de 2006 foi a Terceira Reunião Ministerial e a Primeira Cúpula dos Chefes de Estado do Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC), organizada por Pequim em novembro. Quarenta e oito estados africanos e cerca de 1500 empresários participaram deste evento, um dos maiores encontros realizados na China

⁵Discurso feito pelo então primeiro-ministro da China Zhu Rongji (2000) 'Strengthen Solidarity, Enhance Co-operation and Pursue Common Development

(Sanusha2007, p. 283-296). Como declarou a declaração de encerramento da FOCAC, o ano de 2006 marcou a "nova parceria estratégica" entre a China e a África (Meidan M. 2006).

CAPÍTULO 3 –A COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA NOS DIAS DE HOJE

Este capítulo apresenta e examina os tipos de cooperação entre a China e a África. Para isso, alguns países foram escolhidos sempre que possível como estudos de caso para melhor explicar o tipo específico de cooperação. Os tipos de cooperação apresentados são “Setor Comercial”, “Foco em investimentos”, “Área Militar”, “Cultura e Educação”. Por meio deles, é possível que se compreenda da profundidade da cooperação sino-africana e qual a sua principal característica: se é realmente o caso de ganhos relativos (caso win-win), como afirmado pelas quatro diretrizes apresentadas nos anos 1980 pelos líderes chineses em cooperação econômica e tecnológica, nomeadamente: igualdade e benefício mútuo, ênfase em resultados práticos, diversidade na forma e busca do desenvolvimento comum⁶.

China-África: uma cooperação nos moldes do Pluralismo

A cooperação sino-africana é melhor descrita pela teoria pluralista devido à heterogeneidade das duas partes envolvidas. Todos os 54 países africanos têm histórias únicas, assim como a China tem sua impressionante diversidade geográfica, cultural e linguística. Portanto, quando a China vai em direção à África, as circunstâncias locais são importantes: é um erro comum colocar muita ênfase em uma "China" singular e gigantesca que toma todas as decisões. Da mesma forma, os governos africanos variam em relação a quanto cada um quer se envolver com a China e, claramente, sobre quanto cada um está disposto a permitir que a China se torne também responsável pelas agendas de desenvolvimento local. Isso influencia em como a China atua nos países em particular. Existe províncias da China especializadas em diversos tipos de trabalho que podem ser voltados para a África, enquanto que cada país africano tem suas próprias necessidades. Isso aumenta a diversidade da cooperação entre as duas partes.

A China não se concentra em um único aspecto em suas relações com a África. Tem uma gama ampla e diversificada, envolvendo muitos atores na esfera internacional. Exemplos são os presidentes das nações, os bancos de investimentos, as grandes corporações, os militares, e assim por diante. Todas essas instituições são parte dos processos de tomada de decisão e seus interesses se dão de modo que suas escolhas fazem com que o estado avance e

⁶Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceza/eng/zghfz/zfgx/t165330.htm>>

realize as decisões necessárias para seu desenvolvimento. Podemos deduzir que sempre há muito envolvido nos processos de tomada de decisão para que se possa chegar à conclusão final sobre o que se deseja fazer com os projetos dos países.

Nos últimos tempos, as relações sino-africanas ganharam novo impulso e despertaram interesse entre estudantes e profissionais de relações internacionais e diplomacia. Isso ocorre porque a China desenvolveu uma relevância cada vez maior concernente ao desenvolvimento global, ao comércio, ao Investimento Estrangeiro Direto (IDE) e à política internacional.

Outro fato importante a se destacar é o de que a África se beneficiou com as dificuldades impostas a China para os países que mantêm vínculos com Taiwan. Uma vez que o continente (mainland) chinês está em uma disputa para trazer Taiwan de volta sob sua jurisdição, os chineses não reconhecem nações que mantêm relações diplomáticas com Taipei. A África, por não ter relações com o território, aproveita-se da situação para obter intensificação de comércio com a China. Esta tornou-se o maior parceiro comercial da África, a qual se tornou a principal fonte de importação da China, o segundo maior mercado de contratos de construção no exterior e o quarto maior em investimento. O desenvolvimento econômico e comercial entre a China e a África melhorou os meios de subsistência das pessoas e o desenvolvimento econômico diversificado nos países africanos, proporcionou um forte apoio ao desenvolvimento socioeconômico da China e contribuiu para promover a cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento econômico mundial equilibrado.

Setor Comercial

Apesar da lenta recuperação econômica global nos anos após a crise de 2008, o desenvolvimento do comércio sino-africano manteve um impulso bastante consistente. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial da África. Nos dois anos seguintes, a escala do comércio sino-africano se expandiu rapidamente. Em 2012, o volume total do comércio China-África atingiu US \$ 198,49 bilhões, um crescimento ano-a-ano de 19,3%. Desta forma, o expressivo valor de US \$ 85,319 bilhões consistiu nas exportações da China para a África, configurando-se com um aumento de 16,7%, e US \$ 113,171 bilhões foram contribuídos pelas importações chinesas da África, em um aumento de 21,4%. Dessa forma, observa-se, com o auxílio do gráfico abaixo, que o volume total do comércio entre a China e a

África, o volume de exportação da China à África e o volume de importações da China na África atingiram novos níveis.

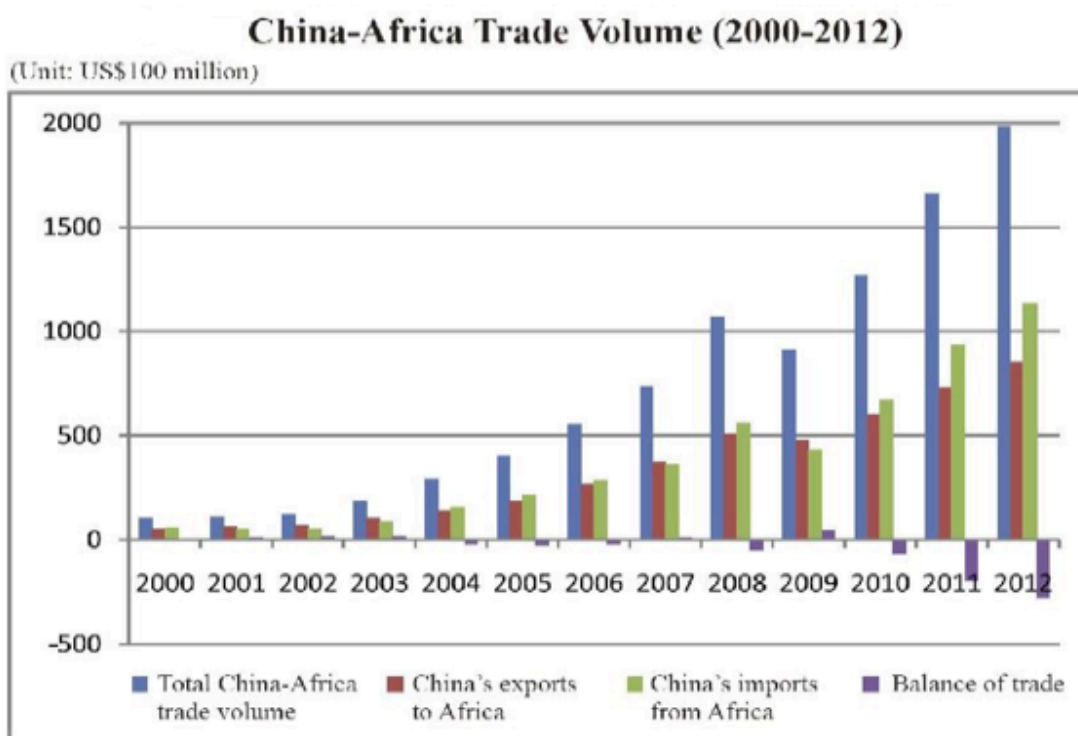


Figura 2⁷ – Volume de Comércio entre China e África (2000 – 2012)

À medida que o volume do comércio China-África continua a crescer, sua proporção para o volume total de comércio exterior da China e da África também aumentou. Entre os anos 2000 e 2012, a proporção do volume comercial da China-África como parte do volume total de comércio exterior da China aumentou de 2,23% para 5,13%: proporção que consiste em importações chinesas da África de 2,47% para 6,23% e da China exportando para África de 2,02% para 4,16%. Do lado africano, as mudanças são ainda mais notáveis. No período acima destacado, a proporção do volume comercial da China-África como parte do volume total de comércio exterior de África aumentou de 3,82% para 16,13%: proporção esta contribuída pelas exportações de África para a China, de 3,76% para 18,07%, e as importações da China pela África de 3,88% para 14,11%.

Os produtos chineses exportados para a África são geralmente de qualidade razoável e com preços razoáveis, e cumprem as demandas de consumo de todos os estratos sociais no

⁷Disponível em <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm>

continente. Na África, a China pode vender seus próprios produtos e inventários de baixa qualidade ou sub-produzidos (Lafargue 2005), uma saída chave que ajuda a manter a estabilidade econômica e social da China. Os donos de lojas chineses na África são capazes de vender produtos chineses que vieram de transporte chinês (na maior parte das vezes, navios) com lucro. Uma consequência negativa do comércio de bens de consumo de baixo custo da China é que ele só vai em uma mão, considerando que a China não compra produtos manufaturados da África (Taylor 2006, p. 937-959), enquanto as importações chinesas baratas inundam o mercado local, tornando difícil para as indústrias locais competir. Os produtos exportados para a China se resumem a, principalmente, recursos naturais e petróleo para satisfazer o crescimento do país.

Com a expansão do comércio, a estrutura comercial sino-africana foi aprimorada em todos os passos e, para garantir a qualidade dos produtos exportados para a África, o lado chinês, em março de 2011, tomou medidas especiais para reprimir a exportação potencial para África de produtos e mercadorias falsificados e de má qualidade que violavam os direitos de propriedade intelectual. Isso envolveu várias medidas, como exames de qualidade prévia à expedição para produtos industriais que deveriam ser exportados para a África. Tais medidas auxiliaram no que diz respeito à garantia de qualidade dos produtos chineses exportados para o continente africano.

Ao longo do tempo, as leis africanas se adaptaram às demandas da China, criando leis destinadas a forçar a transformação local de matérias-primas para exportação. Isso levou a um novo tipo de fabricação na África, administrada pelos chineses, com trabalhadores africanos produzindo bens de exportação para chineses, assim como para clientes europeus, americanos e japoneses.⁸ Os líderes africanos prosseguiram com um aumento da parcela da transformação da matéria-prima tanto para agregar valor às suas exportações quanto para fornecer empregos industriais para os africanos. As compras de petróleo pela China fizeram com que houvesse um aumento de preço sobre esse produto, o que ampliou as receitas governamentais dos exportadores de petróleo, como Angola, Gabão e Nigéria, enquanto prejudicaram os outros países africanos importadores de petróleo. Ao mesmo tempo, as compras de matérias-primas da China aumentaram os preços de cobre, madeira e níquel, o que também beneficiou muitos países africanos.

Ao longo dos últimos três anos, o volume de importações chinesas em relação à África aumentou notavelmente, já que o volume comercial e a quantidade de commodities a granel,

⁸Drapeau Rouge sur le Continent Noir (Red Flag on Black Africa). France5.fr / A7 Média., 52min.

como petróleo bruto e produtos agrícolas, continuaram aumentando. A China expandiu vigorosamente as suas importações provenientes da África através da promulgação de isenções tarifárias e da criação de centros de exposições para produtos africanos. Desde janeiro de 2012, os 30 países africanos menos desenvolvidos que estabeleceram relações diplomáticas com a China receberam tratamento tarifário zero para 60% de seus itens exportados (Temitayo 2017).

Foco em Investimentos

Devido a bases econômicas precárias e fundos de construção insuficientes, os países africanos sempre foram limitados quando se trata do desenvolvimento das suas economias. Assim, com o apoio do governo chinês, que encoraja e apoia empresas e instituições financeiras a aumentar o investimento na África, a qualidade e o nível da cooperação China-África se esforçaram para novos reconhecimentos.

Desde 2009, a África viu uma diminuição no número do investimento direto estrangeiro, mas um crescimento acelerado do investimento direto da China durante esse mesmo período. De 2009 a 2012, o investimento direto da China na África aumentou de US \$ 1,44 bilhão para US \$ 2,52 bilhões, com uma taxa de crescimento anual de 20,5%. No mesmo período, o investimento direto acumulado da China no outro continente aumentou de US \$ 9,33 bilhões para US \$ 21,23 bilhões, caracterizando aumento de 2,3 vezes em relação a 2009. O rápido crescimento do investimento direto da China na África foi um indicativo do potencial de desenvolvimento e do recurso de investimento na África, e também aponta para a natureza mutuamente benéfica da cooperação China-África⁹. Ao aumentar o investimento agregado, a China também está melhorando o nível de investimento na África. Atualmente, mais de 2000 empresas chinesas estão investindo e desenvolvendo a si e aos locais africanos em mais de 50 países e regiões diferentes, e áreas de cooperação expandiram-se da agricultura, mineração e indústria de construção para processamento intensivo de produtos e de recursos, de fabricação industrial, de finanças, de logística comercial e de imóveis.

Nos últimos anos, a China melhorou seus mecanismos de investimento na África. No final de 2013, a China havia assinado tratados bilaterais de investimento (BIT) com 33 países africanos e estabelecido mecanismos de comissão econômica conjunta com 45 países africanos (Chen 2013, p. 228-230). O Fundo de Desenvolvimento China-África, estabelecido

⁹Disponível em <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm>

como uma das oito promessas que a China fez na Cúpula FOCAC de Pequim, até o final de 2012 concordou em investir US \$ 2,385 bilhões em 61 projetos em 30 países africanos e já investiu US \$ 1,806 bilhão para 53 projetos.

A China também chamou a atenção ao realizar grandes investimentos relacionados a recursos em países com indicadores de governança ruins, como a República Democrática do Congo, a Angola e o Sudão. Essas promoções são certamente parte da imagem quando se trata do engajamento da China com a África, mas a relação mais geral entre o investimento direto chinês e os ambientes de governança dos destinatários é diferente. Depois de controlar o tamanho do mercado e a riqueza de recursos naturais, o investimento direto estrangeiro total está altamente correlacionado com as medidas dos direitos de propriedade e do Estado de direito, como se poderia esperar. Isso é verdade tanto a nível mundial como no continente africano. O investimento direto para o exterior da China, por outro lado, não está correlacionado com medidas de direitos de propriedade e do estado de direito depois de controlar o tamanho do mercado e a riqueza de recursos naturais. Nesse sentido, o investimento chinês é indiferente ao ambiente de governança em um determinado país. Enquanto a China tem investimentos na República Democrática do Congo, na Angola e no Sudão, esses países são equilibrados por investimentos em países africanos que possuem ambientes de governança relativamente bons. A África do Sul, por exemplo, é o principal destinatário do investimento chinês.

Área Militar

O comércio e o investimento são as primeiras coisas que vêm à mente ao pensar nas relações entre a China e a África, mas a abordagem da China para o continente envolve cada vez mais a dimensão da segurança. A cooperação militar remonta ao período da Guerra Fria, quando a China estava disposta a ajudar os movimentos de libertação africanos.

A necessidade de uma abordagem chinesa mais ativa foi considerada nos últimos cinco anos por crises que ameaçaram cidadãos e recursos chineses no Sudão e na Líbia e, mais recentemente, pelo ataque terrorista no Mali que custou a vida de três cidadãos chineses.

Não é coincidência que a primeira instalação militar chinesa no exterior esteja em Djibouti¹⁰ para poder ajudar proteger os interesses do país. Com o estabelecimento da base

¹⁰Disponível em: <<https://www.thecipherbrief.com/article/africa/djibouti-wins-jackpot-renting-out-desert-for-military-bases-2>>

militar, a cooperação de segurança entre China e África estaria pronta para passar à próxima etapa.

O novo documento¹¹ de política para a África da China confirma que Pequim desempenhará um papel maior (com “características chinesas”, é claro) “na resolução de problemas de hot-button na África”. Isso confirma uma tendência que já vimos nos últimos anos. O documento político também prometeu mais cooperação militar, incluindo cooperação tecnológica, exercícios conjuntos, treinamento de pessoal e compartilhamento de inteligência.

O objetivo da China é construir capacidades africanas para que os países do continente - assim como organizações como a União Africana - possam garantir sua própria estabilidade.

Pequim adotou uma abordagem mais prática para a mediação no conflito Sudão-Sudão do Sul (Sudão Meridional)¹² do que em qualquer outro lugar do mundo. A China também implantou seu primeiro batalhão para as forças de paz da ONU no sul do Sudão, outro sinal de quão sério a China considera esse conflito¹³. A promessa da China de aumentar o apoio às forças de paz da ONU veio ao lado de uma promessa de prestar assistência financeira e militar ao exército da União Africana, outro passo que aumentará a cooperação de segurança entre a China e a África. Além do processo de paz, a China fornece treinamento militar e equipamentos para alguns países, embora isso não exija que forças militares sejam implantadas.

Durante a reunião FOCAC de dezembro de 2015 em Joanesburgo, África do Sul, o presidente chinês, Xi Jinping, reiterou: “A China acredita firmemente que a África pertence ao povo africano e os problemas africanos devem ser tratados pelos povos africanos”. Os últimos esforços militares da China são combater o radicalismo terrorista e não os conflitos locais africanos. Como afirmou a Xi: “A China fornecerá 60 milhões de dólares americanos em assistência gratuita à União Africana para construir e manter seu exército, tanto o exército regular como a resposta a crises, bem como apoiar a manutenção da paz da ONU na África”.

Mesmo que as vendas de armas para alguns países africanos, como o Sudão, tenham enfrentado críticas ocidentais, o número de países que mudaram sua fonte de abastecimento de provedores tradicionais, como a Rússia para a China, em parte devido aos preços competitivos oferecidos pelos fornecedores chineses, é realmente alto.

Essa mudança acarreta, além da atração dos lucros para as vendas de armas da China para a África, há também o benefício adicional de a China encontrar oportunidades de

¹¹Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/04/c_134886545.htm>

¹²Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/06/in-south-sudan-conflict-china-tests-its-mediation-skills/>>

¹³Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/09/china-triples-peacekeeping-presence-in-south-sudan/>>

emprego para seus cidadãos chineses qualificados. Isso contribui para a disseminação de sua influência técnica e pessoal no continente. Às vezes, uma relação de fornecimento de armas também envolve o estabelecimento de uma fábrica de armas em um estado receptor que requer a experiência de cientistas, engenheiros e gerentes industriais especializados. Esse relacionamento para a China leva a uma relação comercial e de longo prazo com o país africano. Esta é uma das razões pelas quais a influência da China no Sudão é tão forte. No entanto, o que acontece é que as armas vendidas pela China ou produzidas pela China na África acabam alimentando os conflitos em países como RDC, Sudão, Sudão do Sul e República Central Africana, entre outros.

Cooperação Cultural e Educacional

As declarações sino-africanas sobre o intercâmbio de pessoas muitas vezes desclassificadas por declarações sobre comércio e investimentos de bilhões de dólares. Mas a China vem tentando aumentar a cooperação e os intercâmbios com a África na frente cultural, particularmente no que se refere aos meios de comunicação e aos círculos educativos. Os investimentos da China nessas áreas são um sinal da importância política que se atribui a África - Pequim valoriza claramente sua imagem positiva na África e quer garantir que os países africanos continuem a ver a China na melhor luz possível.

O projeto China-África¹⁴ teve uma queda nas recentes entradas para o mercado africano da China Radio International, que se instalou em Nairobi em 2006, para a CCTV e a China Daily apresentando edições dedicadas de África em 2012. Entretanto, as empresas chinesas estão ganhando participação de mercado em telecomunicações e televisão por satélite também. "Em menos de 10 anos, a presença da mídia do PRC no continente agora se estende por todas as principais plataformas, incluindo televisão por satélite, jornais, revistas, serviços de notícias, rádio, internet, celular e serviços de TV a cabo / satélite em todo o continente".

Enquanto isso, a China também patrocina atividades educacionais para apoiar os africanos a entenderem melhor o papel da cultura e sistema educacional - o que na China é muitas vezes um eufemismo para aceitar as políticas de Pequim, tanto em casa quanto no cenário mundial. O signo mais visível deste projeto é o Instituto Confúcio da China (IC). A

¹⁴Disponível em: <<http://www.reporting-focac.com/chinese-media-in-africa.html>>

Universidade do Quênia tornou-se o lar do primeiro IC de África em 2005; em 2017, o continente possui 46 ICs e mais 23 salas de aula Confúcio¹⁵.

A China aponta essas iniciativas educacionais como vitórias para a cooperação sino-africana e o entendimento mútuo. Outros veem algo mais sinistro e preocupam-se de que os ICs possam ter um efeito particularmente marcado "para as culturas africanas já sitiadas por séculos de dominação ocidental e operando dentro das estruturas econômicas e sociais da supremacia imperial, que tornam a África fértil para o neocolonialismo".

Mas os governos africanos ainda parecem receber a idéia de mais investimentos chineses nos setores de mídia e educação. Consequentemente, Xi prometeu construir cinco centros culturais na África, além de fornecer financiamento para 200 pesquisadores africanos e 500 estudantes africanos para visitar a China todos os anos¹⁶. A China também "fornecerá 2.000 locais de educação e 30.000 lugares de bolsa de governo para o continente".

A China também está buscando maiores relações com os thinktanks africanos. O documento de política abordou o aumento de intercâmbios e projetos conjuntos, observando que "o apoio prioritário será dado a pesquisas conjuntas e compartilhamento de resultados em áreas que promovam a cooperação amigável entre a China e a África, como governança, caminhos de desenvolvimento, cooperação de capacidade industrial e comparação de culturas e leis".

Sobre as mídias, o Xi disse que a China fornecerá treinamento para 1.000 profissionais de mídia africanos por ano e estabelecerá programas de TV via satélite em 10.000 aldeias africanas. O documento político também pediu mais diálogos governamentais sobre cooperação em mídia, bem como cooperação entre meios de comunicação (incluindo intercâmbio de conteúdo, relatórios conjuntos e treinamento de pessoal).

¹⁵Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>

¹⁶Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t1366790.htm>>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou determinar até que ponto as relações sino-africanas configuram uma situação de ganhos mútuos relativos (win-win). Primeiramente, a África e a China mantém mais de cinquenta anos de vínculos e cooperação internacionais, e, na última década, essa relação continuou a tomar um tom cordial em todos os aspectos, incluindo o desenvolvimento cultural, educacional, militar, comercial e de infra-estrutura.

A ajuda externa é uma das principais ferramentas utilizadas no fortalecimento das relações amigáveis entre os países. O conceito tradicional de ajuda externa imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial (período do Plano Marshall) e durante o período da Guerra Fria, principalmente focado nos interesses políticos e ideológicos dos países doadores. Atualmente, houve uma grande mudança para a proteção, promoção e aprimoramento dos interesses econômicos e comerciais dos doadores, especialmente a China.

A ajuda externa da China na década foi inicialmente focada na exportação de ideologia política e depois testemunhou ajustes e transformação. Porém, recentemente com natureza pluralista da cooperação entre os dois lados, não se concentra em um único aspecto, mas em uma gama extensa e diversificada, envolvendo muitos atores na esfera internacional.

Atualmente, a China integrou objetivos com ênfases na reciprocidade e benefício mútuo, benefícios econômicos e integração do interesse político com características chinesas únicas. Utilizando o conceito de eficácia da ajuda, o estudo estabeleceu que os interesses da China em África são impulsionados por três motivos principais, a saber, a África é vista como um mercado potencial para os produtos manufaturados chineses, a crescente demanda chinesa de petróleo e a riqueza de recursos naturais e matérias-primas da África. Também pode-se afirmar que o potencial de mercado e as matérias-primas são consideração mais importante do engajamento da China na África. Além disso, as conclusões também afirmam que o centro do envolvimento financeiro chinês em África é em países que representam interesses estratégicos para a economia chinesa devido aos seus recursos minerais e petrolíferos, como o Zimbábue, Angola, Zâmbia, Congo e Sudão ou em países com que tem boas relações políticas, por exemplo, Tanzânia, Egito, Mali e Etiópia.

Além disso, o estudo confirma que a África se beneficia do fluxo de ajuda da China e continuará a perseguir o auxílio da China. Inexoravelmente, há desafios que impedem os esforços de ambos os lados para garantir o sucesso das relações, ainda que ambas as partes se

beneficiem de sua relação mútua. Dessa forma, a extensão do benefício e a intensificação das relações sino-africanas depende diretamente dos interesses e capacidades de ambas as partes.

A maioria dos países africanos, mesmo após a independência, continua a receber ajuda de países doadores, incluindo a China. Esta ajuda externa é utilizada para apoiar os seus orçamentos nacionais para vários setores da economia com o objetivo de erradicar a pobreza e promover o crescimento econômico.

Em segundo lugar, a ajuda externa da China pode ser agrupada em três diferentes níveis: governo a nível governamental, parcerias público-privadas e participação do setor privado. O auxílio da China para os países da África vem na forma de investimentos multissetoriais e é operado conforme esses diferentes níveis. A seleção setorial da ajuda baseia-se em acordos bilaterais de cooperação entre a África e a China, o que está de acordo com os pressupostos da teoria da cooperação internacional proposta por Joseph M. Grieco. Com efeito, um país na África pode solicitar ou a China pode simplesmente decidir ajudar através de discussões formais e compreensão entre os dois lados.

Em termos dos impactos negativos da ajuda chinesa, as condições de alguns dos acordos de empréstimo são redigidas vagamente e não beneficiam os países da África. Como resultado, os empreiteiros locais na África sofrem porque não recebem contratos e projetos financiados com ajuda chinesa de forma adequada para ambas as partes. Isso ocorre porque, por exemplo, em Gana os estatutos da Lei de Contratos Públicos de 2003 são ignorados e, como resultado, os contratos são concedidos a empreiteiros chineses em condições desfavoráveis aos interesses locais. A África tende a perder mais devido às fracas negociações sobre as condições associadas à ajuda externa. Algumas dessas desvantagens relativas à ajuda estrangeira poderiam ter sido evitadas se os interesses dos habitantes e indústrias africanas fossem garantidos.

Um fator negativo relacionado comércio de bens de consumo de baixo custo da China é porque essa relação se estabelece de forma unilateral, considerando que a China não compra produtos manufaturados da África, enquanto as importações chinesas baratas inundam o mercado local, tornando difícil para as indústrias locais competir. Os produtos exportados para a China se resumem a, principalmente, recursos naturais e petróleo para satisfazer o crescimento do país. Muito além da exportação exclusivamente de matérias-primas para a China, os países africanos deveriam ter a garantia de oportunidade para a exportar os materiais de forma processada, uma vez que a variação da matriz exportadora ajudaria a diversificar e dinamizar as economias nacionais, favorecendo o crescimento das mesmas.

Fazer isso forçaria os países a investir em nas infra-estruturas como máquinas e capital humano, o que, a longo prazo, aumentaria a cobrança de receita.

A África, com uma gestão prudente e conhecimentos especializados da economia, bem como coleta de impostos eficiente e atempada, pode contar com receitas geradas internamente para executar projetos de desenvolvimento de infraestrutura, o que significaria que o estado teria controle absoluto de contratos com empreiteiros, fornecendo infraestruturas projetos que oferecem valor para o dinheiro.

Além do mais, os governos não devem apenas priorizar projetos de prestígio como infraestrutura física quando contratam empréstimos da China, e os empréstimos devem ser canalizados para os setores produtivos da economia, como a agricultura, que terá uma influência direta sobre a população. Além disso, as empresas de construção chinesas em África devem ser encorajadas a buscar parcerias com empresas locais de construção para garantir a transferência de tecnologia e a construção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. China's Policy towards Africa (2004). Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceza/eng/zghfz/zfgx/t165330.htm>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

_____. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Historical Data for Sino-African Cooperation. Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceza/eng/zghfz/zfgx/t165323.htm>> Acesso em 25 de outubro de 2017

_____. Information Office of the State Council. China-Africa Economic and Trade Cooperation 2013 <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm> Acesso em 25 de outubro de 2017

CHI-PING, T.; EVANS, H. **The Thought Revolution**. London: Leslie Frewin. 1967

DUYVENDAK, J. J. L. **China's Discovery of Africa**. London: Probsthain. 1949

EL-KHAWAS, M. A. (1973) **Africa, China and the United Nations**, Africa Review, vol. 2, no. 2.

FILESI, T. **China and Africa in the Middle Ages**, Frank Cass Publisher. 1972

FOCAC. **Chinese Foreign Policy and its Impact on Africa**. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t1366790.htm>> Acesso em 16 de outubro de 2017

FRANCE TÉLÉVISIONS. **Drapeau Rouge sur le Continent Noir** (Red Flag on Black Africa) 2008 Disponível em < <http://archive.li/nH5vF>> Acesso em

GAO, J. **China and Africa**: The Development of Relations Over Many Centuries. African Affairs, vol. 83, no. 331.

GRIECO, J. M. **Cooperation among nations; Europe, America, and non-tariff barriers to trade**. New York, Cornell University Press. 1990

HANBAN. Confucius Institute / Classroom Disponível em <http://english.hanban.org/node_10971.htm> Acesso em 10 de novembro de 2017

HUIPING C. Recent Approaches in China's BITs and Impact on African Countries Proceedings of the Annual Meeting. American Society of International Law, em **International Law in a Multipolar World**, pp. 228-230 Volume 107 2013

HUTCHISON, A. **China's African Revolution**. London: Hutchinson. 1975

JOSHUA, W.; Gilbert, S. P. **Arms for the Third World**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University. 1965

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and interdependence – world politics in transition**. Boston: Little, Brown and Co. 1986

KERR, M. H. **The Middle East and China in Halpern, A. (ed.) Policies Towards China: Views from Six Continents**. New York: McGraw-Hill. 1965

KRIEGER, J; CRAHAN, M. E. **The Oxford companion to politics of the world**. Oxford University Press. 2001

KISSINGER, H. **A New National Partnership**, Speech by the Secretary of State, Los Angeles on 24 January 1975.

KWAN H. Y. **China Under Deng**. New York: Facts on File 1991

LAFARGUE, F. **China's presence in Africa, A Limited Conquest**. Disponível em <<https://chinaperspectives.revues.org/pdf/4778>> Acesso em 27 de outubro de 2017

LARKIN, B. **China and Africa 1949–1970**. Berkeley, California: University of California. 1971

LEGUM, C. **Bandung, Cairo and Accra: A Report on the First Conference on Independent African States**. London: Africa Bureau. 1958

LOWENTHAL, R. **China**, in Brzezinski, Z. **Africa and the Communist World**. Stanford, California: Stanford University. 1964

MEIDAN, M. **China's Africa Policy: Business Now, Politics Later**. Asian Perspective, Volume 30, Issue 4, pp.72 2006.

MILNER, H. **International Theories of Cooperation among Nations: Strengths and Weaknesses**. World Politics, Volume 44, Issue 3, pp. 466-496 1992

OGUNSANWO, A. **China's Policy in Africa 1958–1971**. Cambridge: Cambridge University Press. 1971

PRINSLOO, D. S. **China's Foreign Policy and Southern Africa 1949–1973**. Rand Afrikaans University, Johannesburg. 1976

REPORTING FOCAC. **Ten things you should about Chinese media in Africa**. Disponível em <<http://www.reporting-focac.com/chinese-media-in-africa.html>> Acesso em 16 de outubro de 2017

RICHARDSON, P. **The Recruiting of Chinese Indentured Labour for the South African Gold Mines 1903–1907**, Journal of African History, Issue 18. 1977

RONGJI, Z. **Strengthen Solidarity, Enhance Co-operation and Pursue Common Development**. Discurso no final do FOCAC 2000

SANUSHA, N. **The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC): What Does the Future Hold?**. Sage Journals Volume: 43 Issue 3, pp 283-296 2007

SOUTH AFRICA. **South Africa History online**. Disponível em
<<http://www.sahistory.org.za/dated-event/arrival-chinese-labourers-south-africa>> Acesso em 19 de setembro de 2017

STEIN, A. A. **Why nations cooperate**: circumstance and choice in international relations. New York: Cornell University Press 1990

TAYLOR, I. **China's oil diplomacy in Africa**, International Affairs Volume 82: Issue 5, pp. 937–959 2006

TEMITAYO, O. **Chinese Zero-Tariff Treatment for Least Developed Countries: China's Soft-Power in Action in Africa**. Disponível em
<<http://www.sciencepublishinggroup.com/journal/paperinfo?journalid=546&doi=10.11648/j.i.pa.20170102.11>> Acesso em 25 de outubro de 2017

THE CIPHER BRIEF. **Djibouti Wins Jackpot – Renting Out Desert for Military Bases** DISPONÍVEL EM <<https://www.thecipherbrief.com/article/africa/djibouti-wins-jackpot-renting-out-desert-for-military-bases-2>> Acesso em 30 de outubro de 2017

THE DIPLOMAT. **In South Sudan Conflict, China Tests Its Mediation Skills**. Disponível em
<<https://thediplomat.com/2014/06/in-south-sudan-conflict-china-tests-its-mediation-skills/>> Acesso em 30 de outubro de 2017

_____. **China Triples Peacekeeping Presence in South Sudan**. Disponível em
<<https://thediplomat.com/2014/09/china-triples-peacekeeping-presence-in-south-sudan/>> Acesso em 30 de outubro de 2017

WALTZ, K. **Structural Realism after the Cold War**. International Security, Vol. 25, no 12000

WILMOT, P. **The Development of Sino-African Relations**, West Africa, August 15. 1988

XINHUANET. **China's Second Africa Policy Paper (2015)** Disponível em
<http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/04/c_134886545.htm> Acesso em 18 de outubro de 2017

XIAOYUN, L. **China's foreign aid and Aid to Africa**: Overview. College of Humanities and Development, China Agricultural University, Beijing 2006.

YA-CHUN, C. **An Appraisal of Chao Tzu-yang's Visit to Africa**, Issues and Studies, vol. 19, no. 2, February 1983

YU, G. T. **Peking's African Diplomacy**, Problems of Communism, vol. 21. 1972